



## **ESCOLA E ENFRENTAMENTO À HOMOFOBIA: pelo reconhecimento da diversidade sexual como fator de melhoria da educação de todos.**

Francisco Cristimar Bessa Simão  
Emerson Nunes de Almeida

*Universidade Estácio de Sá – UNESA – cristimar.bessa@gmail.com*  
*Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN - nunespedagogo@yahoo.com.br*

**RESUMO:** O tema gênero e sexualidade é objeto gerador de polêmicas em nossa cultura educacional. O contexto atual expressa abertamente a necessidade da inclusão da discussão da sexualidade na instituição escolar, de modo que esta seja abordada de forma esclarecedora para que possa diminuir os conflitos existentes em nossa sociedade. Para tanto, necessitamos de profissionais capacitados para atuarem nesse campo tão complexo e cheio de questionamentos. O presente trabalho surge de uma significativa inquietação, enquanto educadores, e da necessidade de conhecer mais profundamente a temática da orientação sexual proposta nos documentos oficiais e as questões de gênero na escola, com o intuito de entender qual o pensamento, o conhecimento e a postura dos professores na construção dessa temática diante da temática de gênero, sexualidade e educação. Para tanto, foi desenvolvida uma pesquisa qualitativa de abordagem empírica. Utilizou-se, Como instrumento de coleta de dados, a observação e um questionário com questões abertas, que foi respondido pelos professores do Ensino Fundamental II de uma escola municipal da cidade de Parnamirim-RN. Com base nas respostas dos professores às questões propostas e nas observações realizadas, pôde-se evidenciar o distanciamento entre a teoria e a prática, pois as respostas dadas pelos professores são marcadas por contradições entre o que pensam, dizem, e o que fazem na prática escolar. Outro aspecto relevante é a resistência por parte dos professores para responderem ao questionário, alegando não possuírem formação específica para trabalhar as questões de gênero e sexualidade com seus alunos. O trabalho está embasado nos estudos desenvolvidos por Vidal (2008), Louro (2010), Santos (2010), dentre outros pesquisadores. A pesquisa demonstrou que ainda existem muitos tabus e preconceitos a serem quebrados para que seja possível que a escola contribua para formação de sujeitos livres de preconceitos e adeptos a viverem numa sociedade diversificada.

**Palavras-chave:** Gênero, Sexualidade, Preconceito, Educação Sexual.

### **INTRODUÇÃO**

Na sociedade em que vivemos as questões referentes à sexualidade e gênero tornam-se cada vez mais abertas e passíveis de serem abordadas com juízos de valores e crenças tradicionalmente estabelecidas pela cultura social de um povo.

Hoje, crianças, adolescentes e jovens estão à mercê de informações soltas na mídia e nas ruas, sem qualquer

esclarecimento. Em decorrência deste fenômeno, sofrem com a falta de informações coerentes que lhes forneçam uma visão clara e consciente sobre o que realmente é mito ou verdade, preconceito ou ideologia; pois essas crianças, jovens e adolescentes estão cada vez mais sofrendo a influência midiática, nos mais diversos meios de comunicação de massa.

A falta de preparo e formação adequados por parte dos pais e



professores pode gerar consequências negativas na vida futura dessas crianças e jovens. Por isso, é de suma importância que o tema gênero e sexualidade seja trabalhado no ambiente escolar. Para tanto, é necessário que haja uma parceria entre escola e família, em que a escola irá ampliar o conhecimento já adquirido no âmbito familiar; pois cabe à família de fato o papel de informar e gerar comportamentos de respeito e valores; e a escola deverá dar continuidade a esse processo, evitando a formação de estereótipos e contribuindo para erradicar a formação de preconceitos sejam esses de ordem de gênero, classe social, etnia/raça ou religião. Desta maneira, os jovens estarão sendo preparados para viver em sociedade, superando conflitos e tornando-se conscientes para enfrentarem as várias etapas da vida social.

Diante de tais situações, levantamos os seguintes questionamentos: Qual a proposta dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) para a orientação sexual e as relações de gênero? Por que trabalhar essas temáticas na escola? O que fazem e o pensam os professores a respeito das relações gênero e sexualidade no âmbito escolar?

Levando em consideração estas questões problematizadoras, o presente estudo, é uma pesquisa de abordagem qualitativa, que discutiu a temático gênero

e sexualidade buscando analisar a proposta dos PCNs no que se refere à orientação sexual na escola; e conhecer a visão dos professores sobre o tema gênero e sexualidade no contexto escolar.

Nesta contextualização, o trabalho buscou discutir as relações de gênero e o processo de dominação hierárquica consolidado por uma cultura machista e excludente, bem como a influência da escola na formação dos sujeitos. Tais reflexões nortearam este estudo e resultaram na necessidade de ampliar o conhecimento e de investigar qual a postura dos professores do Ensino Fundamental II para atuarem frente a essas questões. Para tanto, foi desenvolvida uma pesquisa de base teórica no intuito de aprofundar nossos conhecimentos em relação à temática e, posteriormente, foram utilizados como instrumentos de coleta de dados uma observação das aulas e a aplicação de um questionário contendo questões abertas, aplicado as professoras do Ensino Fundamental II de uma escola pública localizada na cidade de Parnamirim-RN.

A pesquisa nos direciona para a evidência da importância do papel do professor na educação sexual dos alunos, cabendo a ele, desmistificar conceitos e desenvolver uma ação crítica, reflexiva e educadora sobre a temática em questão.



## **2 - A EDUCAÇÃO SEXUAL NO BRASIL: PERCURSO HISTÓRICO**

A sociedade moderna em que vivemos continua a receber reflexos das mudanças ocorridas desde o movimento feminista. Assim, esta sociedade é levada a compreender a sexualidade e as relações de gênero numa perspectiva sociocultural e política, constituindo-se de maneira gradual no percurso de toda a vida do ser humano.

Traçaremos neste momento um percurso histórico sobre a educação sexual no Brasil. Para que possamos compreender a negligência sobre a temática nos cursos de formação de professor, é necessário entender, antes, a história de tabus e preconceitos que circulam em torno deste tema.

Nesse sentido é de grande importância o papel que o professor pode desempenhar na formação de construção de significados sociais diferentes, como por exemplo, a formação de uma família constituída por pessoas do mesmo sexo. Mas infelizmente, esse poder que os docentes podem exercer de construir um novo pensamento e quebrar paradigmas é menosprezado por eles em sua maioria, que se julgam como meros transmissores do conhecimento, o que acaba levando-os a ignorar e/ou menosprezar temas que gerem grandes discussões e conflitos em suas salas de aula. Trabalhar com sexualidade,

racismo ou qualquer tema polêmico parece um tanto desafiador. Surge na mente do professor inúmeras questões que o levam a crer que o melhor seria não trabalhar com essas polêmicas, como, por exemplo, as inúmeras opiniões, dúvidas, discussões e principalmente seu próprio posicionamento diante do assunto. Sabemos também que é difícil sermos neutros, quando na verdade temos também uma posição.

Com isso o professor trabalharia claramente a ideia de um Estado democrático de direito, assegurando aos alunos os direitos sociais e individuais, a liberdade, a igualdade e a justiça como valores de uma sociedade sem preconceitos, com conceitos de igualdade, moralidade, justiça social, bem comum entre outros. Esse aprendizado permitiria uma evolução nas relações sociais, e adequações dos valores aos fatos emergentes, extraíndo-se novos significados e reconstruindo o direito dinamicamente, na medida das exigências que a realidade social se manifesta.

O Estado como disciplinador do convívio em sociedade e das relações sociais, deve impedir práticas ou atos discriminatórios promovendo o bem-estar de todos sem preconceitos quanto à origem, raça, sexo, cor, idade e qualquer outra forma de discriminação, garantindo que os preceitos constitucionais sejam obedecidos e respeitados como: a



igualdade, a liberdade, legalidade e a dignidade da pessoa humana.

Sendo assim, concretiza-se nos fatos sociais e nas relações existentes entre os seres humanos a forma de garantir o Direito. Em consequência disso, o Direito está onde estão os homens, onde existe sociedade. Com lei ou sem normas, os fatos acabam por se impor perante o Direito e este tem que se adaptar aqueles. Com isso, é possível ao Ordenamento Jurídico determinar que um fato atípico, como é o caso da união homoafetiva, formada por pessoas do mesmo sexo, seja reconhecida pela sociedade como família.

A onipotência do Estado tem limites e as normas constitucionais devem adequar-se aos princípios e garantias que identificam o modelo consagrado pela sociedade a que a Carta Política deve servir. O núcleo do sistema jurídico deve garantir muito mais liberdades do que promover invasões legítimas na esfera pessoal do cidadão.

A crença nos mitos construídos socialmente faz com que tenhamos uma concepção de neutralização de determinados fenômenos como acontece com o preconceito e a discriminação que foi tão bem construída e se encontra tão bem arrojado em nossa cultura, assim pode-se afirmar que somos preconceituosos inconscientemente. Como por exemplo, aceitamos a pobreza e a

miséria da população como algo naturalizado. Mas não a homossexualidade. Pois somos acostumados a rejeitar a ideia que duas pessoas do mesmo sexo sejam capazes de se unirem como se família fosse. Constatando-se assim que apenas um grupo tem o poder de impor as regras e os grupos minoritários a submeter-se sob pena de ser postos a margem dessa sociedade.

Dessa forma, a sociedade contemporânea caminha de olhos vendados, com os sentidos inteiramente anestesiados em relação a questão da homossexualidade, que em princípio foi condenada ao fracasso quando considerada abominável pela Bíblia e reconhecida como doença. Com isso, somos capazes de acreditar que o fracasso da população homossexual deu-se por ela própria, transformando-se assim, a vítima em causadora de sua própria desdita.

## **2.1 - Gênero e sexualidade**

O contexto atual expressa abertamente a compreensão do processo histórico acerca da construção do conceito de gênero, evidenciando que não é o momento do nascimento que define o ser sendo “macho ou fêmea”. Não sendo, portanto, este o fator decisivo do ser humano como homem ou mulher, mas sim um conjunto de processos que se constituem no âmbito cultural e social,



ocasionando um processo contínuo de transformações, ou seja, a construção do gênero e da sexualidade ocorre ao longo de toda vida.

A construção dos gêneros e das sexualidades ocorre por meio de aprendizagens e práticas sociais e é decorrente de situações empreendidas de modo implícito ou explícito nas diversas instâncias sociais e culturais. É um processo inesgotável, inacabado. Instituições como a família, a escola, a Igreja e o Estado são importantes referências nesse processo constitutivo, ou seja, suas orientações e ensinamentos parecem ser absolutos, livres de questionamentos, aceitos como regras prontas a serem seguidas.

Essas instâncias da sociedade – família, escola, igreja e estado – contribuíram e contribuem para a reprodução da hierarquia de gêneros. O que nos leva a refletir sobre as transformações nas relações de gênero e quais os possíveis fatores que influenciaram tais mudanças.

Essas transformações fazem parte de uma cultura na qual estamos inseridos, proveniente da diversidade econômica, social, política e religiosa, em que surgem, incessantemente, mudanças práticas e conceituais que, muitas vezes, perturbam os setores que haviam por muito tempo perpetuado sua hegemonia. Tais

mudanças em nossa história e na nossa cultura têm sido cada vez mais visíveis, contemplando novas formas e verdades, desestabilizando antigas e absolutas certezas, tais como formas de nascer, de viver e reproduzir.

Desta forma, constroem-se e desconstroem-se formas de aceitação perante o “diferente”, considerando essas diferenças como oposição aquilo que é chamado de normalidade, sendo considerado normal o sujeito que integra o grupo que compõe os paradigmas estabelecidos pelo grupo dominante: os heterossexuais. Expressando desta maneira, o uso da força nas relações de poder. Não o da força brutal, mas sim da força de poder utilizada para persuadir os sujeitos e neutralizar suas relações de poder e soberania.

## **2.2 - Gênero e Sexualidade nos PCNs**

Desde a década de 1930, as entidades já lutavam pelo direito de promover a educação sexual do povo brasileiro, “relegada ao abandono e tida como tarefa imoral, devido ao falso conceito em que é tida a função sexual” (VIDAL, 2008, p.24).

A igreja católica era totalmente contra a educação sexual nas instituições escolares, alegando a quebra de equilíbrio entre o corpo e o espírito e precipitando a iniciação das crianças e jovens no sexo e



no vício. Como afirma Vidal (2008 p.26), “[...] a igreja afirmava que deveria caber aos pais a formação sexual da criança. O pai educaria o menino e a mãe a menina, podendo contar com o auxílio do sacerdote confessor”.

Na década de 1960, as práticas sexuais e de gênero motivaram calorosos debates e reais transformações, que se intensificaram com tentativas de implantação da educação sexual nas escolas. Transformações sociais que de fato construíram novas formas de relacionamento e estilos de vida, e que ainda hoje não cessam de produzir profundas e perturbadoras formas de viver a sexualidade (BRASIL, 1997).

A década de 1970 foi um período relativamente favorável à implantação da educação sexual no Brasil. Nessa época, foram realizadas muitas experiências que favoreceram o debate em relação à educação sexual. Além disso, os movimentos sociais da época e os meios de comunicação se propagaram.

Na década de 1980, aumentou significativamente a demanda por trabalhos na área da sexualidade, devido ao alto índice de gravidez na adolescência e o aparecimento do vírus da AIDS.

No ano de 1995, o Ministério de Educação e Cultura coordenou a elaboração dos PCNs (Parâmetros Curriculares Nacionais), que foram

apreciados pelo Conselho Nacional de Educação. O então Ministro da Educação, Paulo Renato de Souza, dirigiu-se aos professores enfatizando que o objetivo do documento seria auxiliar o docente no exercício do seu trabalho; reconhecendo que só se exerce a cidadania plena o sujeito que tem acesso aos recursos culturais, sejam eles de sabedoria escolar, como os de questões relevantes ao meio ambiente, saúde, sexualidade e questões éticas, relativas à igualdade de direitos e solidariedade humana (LOURO; GOELLNER, 2010, p.66).

Evidenciamos a importância de a escola abordar temas relevantes relacionados ao contexto social atual, e as expectativas de formar cidadãos brasileiros para atuarem de forma crítica no terceiro milênio. Nessa perspectiva, surge a necessidade de abordar o tema da sexualidade em nossos currículos escolares. Pois, além de ser uma exigência governamental, estamos diante de uma realidade em que crianças e adolescentes apelam pelo esclarecimento de dúvidas relacionadas à sexualidade. Sendo que a mídia insiste em veicular e os pais e familiares tentam omitir.

Desta maneira, entendemos que o tema da sexualidade sempre foi objeto gerador de polêmica em nossa tradição educacional, e que o contexto atual expressa abertamente a necessidade da



inclusão da orientação sexual na escola, de modo que esta seja abordada de forma clara e consciente. Para tanto, necessitamos de profissionais capacitados para atuarem nesse campo tão complexo e cheio de questionamentos. O tema orientação sexual não deve ser trabalhado como disciplina, mas como conteúdo escolar, sob forma de tema transversal.

Os estudos sobre sexualidade aumentaram consideravelmente no século XIX, fato esse proveniente da perspectiva de descoberta e eliminação de repressões sociais e religiosas (DANTAS; MEIRELES, 2009, p.90). Portanto, é de significativa importância que conheçamos como se processam e vivenciam as questões referentes à construção de identidades sexuais dos indivíduos sejam eles heterossexuais, bissexuais ou homossexuais, e suas implicações na nossa sociedade. Por conseguinte, a escola deve permitir e facilitar os debates acerca de tais temas, que ainda geram muitos conflitos e tabus. Os quais devem ser desmistificados e analisados a luz de um novo olhar, em que sejam aceitas as diferenças; seja elas de ordem étnica/racial, religiosa e também sexual, tornando-se possível a convivência entre pessoas de diversas culturas, rompendo com os modelos produzidos por uma sociedade normativa, que reconhece apenas o seu modelo

homogêneo, que desconsidera a diversidade.

### **2.3 - Relações de gênero na perspectiva dos (as) professores (as)**

Os temas transversais abordados nos PCNs (2001) estabelecem que devem ser trabalhadas no ambiente escolar as questões referentes às relações de gênero, objetivando contribuir para formação integral do (a) aluno (a), pois a sociedade contemporânea desperta para novos desafios emergenciais; sendo, desta maneira, necessária uma reelaboração do fazer pedagógico, que desperte para a cidadania, a democracia, a solidariedade e a compreensão do ser humano integral.

Nesse sentido, buscamos uma educação que esteja associada não apenas aos conteúdos escolares, mas, sobretudo, ligada às questões socioeconômicas, políticas e afetivas, baseada nos princípios da formação integral do ser humano. A escola do século XXI deve repensar seu papel e a concepção de ser humano, de tal maneira que este seja visto como sujeito capaz de avaliar seu comportamento e transformar sua realidade, adentrando no mundo do conhecimento tecnológico, científico e cultural. Portanto, as práticas educativas devem ser repensadas de acordo com a sociedade contemporânea e suas necessidades.



De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais (2001), a escola deve ter uma visão ampliada das experiências vividas pelos educandos (as), tornando-se ponte para combater às relações autoritárias e questionar as formas de dominação hierárquicas existentes entre homens e mulheres; ou seja, a escola deve desenvolver uma ação educativa que leve os alunos (as) a refletirem sobre questões de gênero.

Cabe à escola desmistificar o conceito até então formado sobre gênero, onde se baseia apenas na natureza biológica, diferenciação de sexo (macho/fêmea, homem/mulher).

O conceito de gênero contempla uma vasta gama de significados, partindo da ideia de que o gênero não está apenas condicionado aos aspectos físicos e biológicos do ser humano, mas na amplitude de papéis que é designado ao homem e à mulher na sociedade contemporânea, pois é através das relações sociais estabelecidas que podemos perceber a distribuição das desigualdades referentes ao poder e autoritarismo reproduzidos na sociedade e tidos como normas preestabelecidas que devem ser aceitas e cumpridas pela população feminina, tida como inferior à classe masculina, que impõe-se como verdadeiros donos do poder-saber.

Atualmente, pensar em gênero implica fazer relação do social com papéis assumidos por homens e mulheres, mas ainda é um desafio a ser vencido por uma sociedade extremamente machista.

De acordo com Santos e Santiago (2010), os (as) entrevistados (as) fazem alusão ao conceito de gênero, mesmo sem ter noção que faziam referência a esse conceito, pois, referiam-se aos papéis atribuídos a homens e mulheres na sociedade vigente. Assim, evidenciamos que o conceito de gênero é um processo contínuo.

[...] Essas construções e esses arranjos são sempre transitórios, transformando-se não apenas ao longo do tempo, historicamente, como também se transformando na articulação com histórias pessoais, as identidades sexuais, étnicas, de raça, de classe (LOURO, 1997, p.28).

Como vemos, cabe à escola abordar as questões de gênero que são de grande importância na formação integral dos (as) educandos (as), pois os avanços e transformações de costumes e valores, ainda persistem nas discriminações relacionadas ao gênero. Logo, percebe-se através das palavras dos (as) entrevistados (as) que essa temática não tem muita importância para eles (as), e uma das professoras ainda relatou explicitamente que não tem abordado essa temática de



maneira planejada, tampouco espontânea. Nas demais falas, eles (as) afirmam que, quando surgem questionamentos, o assunto é tratado de forma espontânea, mas que não há espaço disponível dentro das disciplinas específicas para trabalhar tal temática. Mas se surge, através de uma brincadeira, música ou até mesmo de uma conversa paralela, questões da temática que sejam relevantes, logo essa é discutida e refletida no intuito de esclarecer dúvidas e contextualizar a discussão relacionada ao gênero.

Diante do conteúdo explícito pelos (as) professores (as) entrevistados (as), surge a necessidade crescente de se abordar nos cursos de formação docente o contexto das relações de gênero de forma mais aprofundada, para que o (a) professor (a) possa atuar diante dessas questões de maneira que rompa com o preconceito e com os tabus e estereótipos formados na nossa sociedade, possibilitando aos alunos (as) viverem numa sociedade heterogênea.

Levando em consideração tais afirmativas feitas pelos (as) entrevistados (as), evidenciou-se que a raiz de tais problemas encontra-se no despreparo dos professores, na precariedade do currículo escolar e na falta de capacitação do (a) docente para abordar a temática das relações de gênero. Certo é que não podemos justificar e nem nos ausentar das

nossas responsabilidades como educadores (as), pois se não temos a capacitação apropriada, nem uma Matriz curricular que contemple tais questionamentos, devemos buscá-los em outras instâncias que nos permitam ter conhecimento e capacidade de abordá-los de maneira coerente e eficiente, preparando-nos para auxiliar nossos (as) alunos (as) a conviverem com a diversidade.

### **3.0 - SEXUALIDADE E ESCOLA**

Sabe-se que é possível e necessário discutir tais assuntos no âmbito escolar, pois a escola é formadora de identidades, onde há produção de sentidos que colaboram na construção do sujeito. E com isso, faz-se necessário incluir e trabalhar com bastante empenho e compromisso no currículo e no planejamento escolar.

Na perspectiva de valorização desses conteúdos, as escolas têm o papel de desempenhar a transformação de práticas sociais. Pois é nela que se constrói e reconstrói pensamentos e concepções capazes de construir uma sociedade mais igualitária.

Dessa forma, para que a escola desempenhe o papel de transformação de práticas sociais, é necessário que o docente faça uma articulação entre o conteúdo livresco e as questões sociais.



Desse modo, são estabelecidas fronteiras, nem sempre visíveis e transparentes, mas fortes e poderosas, capazes de demarcar os limites que devem ser assumidos para que as pessoas e as expectativas não se confundam e suas imagens e concepções associadas à de outros, das “diferentes” que se encontram na “chancela” da distorção. Essa análise remete a preconceitos, que geram “marcas” ou rótulos sociais: os estigmas.

Essas reflexões aplicam-se a identidade de gênero auxiliando a compreender que existem de um lado o perfil hegemônico e “normal”, tido como referência e, de outro, as diferenças que significam distorções e “anormalidade”. Se for levado em consideração que as palavras, e o meio circundante dos indivíduos são capazes de afirmar aceitação e confiabilidade social constatar-se-á o quanto a violência da discriminação atinge os indivíduos considerados “diferentes” e “anormais”.

Assim, a identidade de gênero será resultado do diálogo entre as configurações biológicas, políticas e os desdobramentos sociais. São muitos os indivíduos e muito as singularidades que compõem a diversidade na sociedade. Para isso, é necessário ir além da cientificidade do saber biológico e das configurações hegemônicas da sociedade. É preciso compreender, também, que a ciência, seu

discurso e a sua prática, são resultantes de um dado momento histórico, motivado pelo contexto de uma dada sociedade e, portanto, reflexo da cultura, e sobre tudo das relações de poder.

Por isso, é de grande importância o papel que o professor pode desempenhar na formação de construção de significados sociais diferentes, como por exemplo, a formação de uma família constituída por pessoas do mesmo sexo. Mas infelizmente, esse poder que os docentes podem exercer de construir um novo pensamento e quebrar paradigmas é menosprezado por eles em sua maioria, que se julgam como meros transmissores do conhecimento, o que acaba levando-os a ignorar e/ou menosprezar temas que gerem grandes discussões e conflitos em suas salas de aula. Trabalhar com sexualidade, racismo ou qualquer tema polêmico parece um tanto desafiador. Surge na mente do professor inúmeras questões que o levam a crer que o melhor seria não trabalhar com essas polêmicas, como, por exemplo, as inúmeras opiniões, dúvidas, discussões e principalmente seu próprio posicionamento diante do assunto. Sabemos também que é difícil sermos neutros, quando na verdade temos também uma posição.

O professor tem que se manter como mediador da discussão, aquele que tenta manter os ânimos durante as exteriorizações das falas dos alunos ao



mesmo tempo em que trabalha em prol da desconstrução dos preconceitos que seus educandos tem sobre o que está em foco. Com essa prática o professor traria para a sala de aula matérias de interpretação, inserindo em sua prática uma forma que adaptasse o caso concreto as relações sociais, evitando que houvesse a discriminação, o preconceito e valorizasse a dignidade da pessoa humana.

Dessa forma, a escola ao constituir-se como um dos espaços capazes de promover atividades significativas, sobretudo, tecer intervenções que contemplem a diversidade e não o preconceito.

#### **4.0 - A ESCOLA E FILHOS DE GAYS: REFLEXÕES SOBRE CONJUGALIDADE E PARENTALIDADE NO BRASIL.**

Tentaremos nesse momento trazer elementos que tragam suporte aos docentes e a gestão a lidar positivamente com crianças cujos pais vivem em situação de conjugalidade homossexual, ou seja, que se reconheçam com gays, lésbicas ou bissexuais.

Como questão social, o assunto parece ainda invisível. Mas a partir de pesquisas, sabemos que a filiação é um fenômeno cada vez mais presente nos lares de casais do mesmo sexo.

Dessa forma, pensamos que a escola precisa preparar-se para receber estas crianças em um ambiente livres de preconceitos e discriminações.

É indiscutível que o ambiente escolar ainda é uma arena de muitos preconceitos e discriminações contra filhos de casais homossexuais, vistos como potencialmente perigosos para as outras crianças.

Com isso, podemos perceber que muitas variáveis influenciam o processo de socialização, ou seja, no desenvolvimento psicossocial de crianças socializadas por gays e lésbicas solteiras ou por casais de pessoas do mesmo sexo, prevalecendo o entendimento praticamente consensual de que não há evidências científicas que estas crianças possuam qualquer característica de personalidade ou de comportamento que as coloque em situação de desvantagem social quando comparadas às crianças socializadas por indivíduos ou por casais ditos heterossexuais.

A sala de aula tem papel importante nessas situações cotidianas da construção do saber e de transmissão de conteúdos, os espaços de sociabilidade, as comemorações de datas festivas e as reuniões sobre aproveitamento são momentos privilegiados para escola ensinar e oferecer acolhimento a diversidade. O tempo que crianças e



adolescentes passam na escola pode proporcionar ótimos espaços de questionamentos das regras que definem os supostamente dignos e não-dignos de usufruírem direitos, respeito e reconhecimento.

### **5.0 - AS RELAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADE NA ESCOLA DE ENSINO FUNDAMENTAL: O QUE PENSAM, O QUE DIZEM E O QUE FAZEM OS PROFESSORES**

A sociedade brasileira reflete as marcas de uma cultura patriarcal, com discriminações múltiplas; sendo a discriminação de gêneros uma das que expressam uma considerável forma de exclusão social, causando a submissão de um indivíduo a outro e gerando desconforto físico, psicológico, afetivo e social aos homossexuais e mulheres, dentre outros grupos submissos à cultura hierarquizada e antidemocrática.

A Constituição de 1988 estabelece em seu artigo 3º, parágrafo IV, que deve haver a promoção ao bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

Nessa perspectiva, surge a necessidade de analisar qual o papel que a escola está exercendo frente à questão dos direitos humanos, bem como qual a atitude dos profissionais da educação do ensino

fundamental em relação ao combate às discriminações referentes à sexualidade e gênero; bem como o que pensam, o que dizem e o que fazem esses profissionais quando a discussão é esta temática.

Como profissionais da educação, sabemos da urgência em abordarmos este assunto na escola, para que os alunos tornem-se conscientes de seu papel na sociedade e sejam capazes de enxergar a realidade e discernir sobre como agir diante de situações de discriminação e preconceito, especialmente quando a discussão é gênero e sexualidade.

Partindo das considerações apresentadas ao longo deste estudo, procurou-se, através de uma pesquisa qualitativa, com abordagem empírica e descritiva, analisar o entendimento e a concepção prática dos (as) professores (as) de uma escola pública de Educação Infantil e Ensino Fundamental localizada na cidade de Lagoa seca-PB. Como instrumento de coleta de dados, foi aplicado um questionário com os professores do Ensino Fundamental onde eles puderam expor a sua opinião acerca da orientação sexual e as relações e gênero na escola.

Inicialmente, houve certa resistência por parte dos professores para responderem às questões propostas no questionário, visto que eles temiam que seus conhecimentos fossem avaliados de acordo com as respostas dadas. Foi preciso



explicar para elas os objetivos e a relevância da pesquisa para a formação delas e, ainda, que suas identidades não seriam reveladas, elas concordaram em responder.

Os dados coletados foram agrupados e analisados de acordo com o entendimento da temática em questão ao longo do estudo frente ao marco teórico.

Desta maneira, a categoria central das análises definiu-se como: "entendimento da temática orientação sexual"; que se desdobra em como essa temática tem sido contemplada no planejamento escolar; qual a proposta dos PCNs para trabalhar orientação sexual; e quais as principais dificuldades encontradas pelos professores para abordá-la.

### **5.1 - Gênero e sexualidade: o que pensam e o que dizem os professores**

Através dos dados coletados, pode-se verificar que os professores não tem muita familiaridade com os PCNs, especialmente com o texto que trata da orientação sexual. Na resistência para responder ao questionário, afirmaram que não tinham conhecimento de seu conteúdo, mostrando-se inseguros para discorrerem sobre o assunto.

A primeira questão proposta no questionário buscou saber o que eles (professores) entendem por orientação

sexual. Sobre esse questionamento, os professores, aqui denominados de A, B, C, D, F e G, no intuito de mantermos preservada a sua identidade, possuem posicionamentos parecidos. Relataram que a orientação sexual é um processo que engloba o conhecimento do próprio corpo e o respeito às diferenças sexuais, estando presente na sala de aula e em toda a vida dos alunos, conduzindo-os nas opções sexuais.

Em relação ao mesmo questionamento, a professora "G" foi mais crítica ao afirmar que:

É a diversidade de valores, crenças e comportamentos dos indivíduos quanto a sua opção sexual e cuidados com o seu próprio corpo; sendo através dessa orientação sexual que o indivíduo tem que saber valorizar sua própria vida.

Nessa fala, pode-se perceber que se encontram traços de entendimento do que seja realmente orientação sexual, pois ela sai um pouco do senso comum que atribui a sexualidade apenas aos aspectos biológicos e ao sexo. Outro aspecto relevante é que a professora entrevistada também faz menção à diversidade de crenças e valores, frutos da interação dos sujeitos na sociedade.

Em contraposição a essa resposta, a professora "E" relacionou a orientação sexual apenas com o conceito de sexo (relação sexual) e com as maneiras de se



comportar para evitar doenças sexualmente transmissíveis, enfocando também a gravidez indesejada. Como vimos, na resposta dada pela professora “E”, em momento algum a ideia de que a sexualidade envolve também as questões de gênero e os papéis atribuídos pela sociedade foi contemplada.

É informar que o sexo é natural, próprio dos seres vivos e em especial do ser humano, pois, sendo um ser que pensa não (deve o sexo) ser praticado por impulso, há momento na vida para tudo e para a prática “sexual”, deve se tomar cuidados para que não ocorra uma gravidez indesejada e também transmissão de DSTs. (Professora E).

Podemos relacionar essa resposta com a afirmação de Dantas e Meireles (2009, p. 87) quando dizem que:

“Percebe-se que existe uma dificuldade de compreensão acerca do conceito sexualidade, pois esse geralmente é entendido como ato sexual, ou seja, para maioria das pessoas, a sexualidade humana limita-se a expressão do prazer genital. O que impede a construção de conhecimentos acerca da sexualidade como expressão da personalidade.

Percebemos, que falta aos professores o entendimento da noção de sexualidade voltada para o contexto do corpo e as relações com a sociedade, contemplando os aspectos da diversidade de gêneros e o papel que os indivíduos exercem sobre seus

corpos; aproximando-se, assim, da proposta dos PCNs que defende que a orientação sexual esteja voltada para as dimensões biológicas, psíquicas e socioculturais (BRASIL, 1997).”

Partindo dessas considerações, procurou-se saber qual o conhecimento que elas (professoras) têm a respeito da proposta dos PCNs para a orientação sexual na escola e quais as principais dificuldades para abordar essa temática. A maioria dos (as) professores (as) entrevistados (as) afirmou ter conhecimento da proposta dos PCNs, embora não tenham leituras recentes da parte que aborda a orientação sexual; e que as principais dificuldades surgem do fato de não terem formação adequada, nem recursos materiais. Além disso, há constrangimento gerado pelas famílias, que na maioria das vezes não compreendem a importância de abordar essa temática na escola.

Nessa perspectiva, destacou-se apenas a professora B, que afirmou não conhecer a proposta e justificou dizendo que sua formação não contemplava tal abordagem. Porém, esses profissionais se contradizem nos seus discursos, pois quando questionados se a orientação sexual faz parte do planejamento escolar, apenas três afirmaram que sim. As demais afirmaram que a referida temática só é abordada na sala de aula ou no



planejamento apenas quando surge algum acontecimento que necessite de uma atenção especial. Vale salientar que, reconhecem que esta temática tem sido contemplada nos PCNs desde a década de 1990. As demais professoras afirmaram que trabalham a temática em sala de aula sempre que necessário, pois, segundo os PCNs, o planejamento deve ser flexível e norteado de acordo com a necessidade da turma. A professora G disse que, “[...] sim, segundo os PCNs, os planejamentos devem ser flexíveis abordando e debatendo o assunto de forma clara e objetiva”. Por outro lado, a professora “A” afirma: “Não. A mesma só é contemplada quando ocorrem casos isolados em sala de aula, que necessite de uma maior atenção”.

Há nestas falas um reconhecimento da necessidade de flexibilizar o conteúdo planejado às questões emergentes do momento. Porém, é contraditório afirmar que os PCNs fazem parte do planejamento escolar, já que as maiorias das professoras afirmaram que a temática orientação sexual não faz parte do seu planejamento. Entretanto, ambas concordam que a orientação sexual deve ser abordada de acordo com o contexto a qual se manifesta.

Em relação às respostas dadas pelas professoras, há a presença de uma consciência da necessidade de vincular a orientação sexual ao currículo escolar.

Contudo, fica implícito que elas não estão preparadas para atuarem nessa área, precisando de formação e informação adequadas para lidar com os (as) alunos (as) e com a família, pois essa instituição também deve estar preparada para atuar de maneira crítica e consciente na formação dos indivíduos.

## **5.2 - Gênero e sexualidade: o que fazem os professores**

No intuito de verificar o que os professores fazem, ou dizem que fazem, em sala de aula quando a discussão é orientação sexual dos (as) alunos (as), partiu-se da seguinte questão proposta no questionário: você trabalha a orientação sexual em sala de aula? Como? Em que momento? Como você reage diante da curiosidade sexual dos (as) alunos (as)?

Todos os professores responderam a essa questão afirmando que trabalham, mas sempre levando em consideração a necessidade do aluno; pois eles revelam que atuam de maneira informativa e cautelosa. Porém, nessa mesma questão, a professora “A” demonstrou insegurança diante da abordagem e relatou que só trabalha quando realmente acontece algo intenso na sala de aula e nessas situações busca ajuda da equipe pedagógica.

Nesse sentido, há que se concordar com Britzman (2001, p.86) quando ele afirma que “existem muitos



obstáculos, tanto na mente dos professores, quanto na estrutura da escola, que impedem uma abordagem cuidadosa e ética da sexualidade na educação”.

Segundo os PCNs, o planejamento das questões da sexualidade é passível, mas o professor deve estar atento e planejar-se para acolher essas situações e se disponibilizar para respondê-las sempre que elas surgirem (BRASIL, 1997).

Na fala da professora “A” percebeu-se que ela voltou-se apenas para o aspecto sexual, deixando de contemplar a categoria do corpo humano e as relações de gênero e sexualidade. Como vemos, o que predomina é a falta de conhecimento do termo sexualidade. Tais posturas refletem as marcas de uma sexualidade reprimida, que ainda gera conflitos pessoais e tabus a serem quebrados; conceitos que devem ser desmistificados, para romper com os próprios medos.

Ainda de acordo com os PCNs, sexo “é expressão biológica que define um conjunto de características anatômicas e funcionais (genitais e extragenitais)” (BRASIL, 1997), enquanto que sexualidade é uma forma bem mais ampla da expressão da cultura e que está presente em cada indivíduo expressando-se com singularidades em cada um.

De maneira mais ampla, e não menos preconceituosa, a professora “G” respondeu a mesma questão: - Sim, de

maneira um pouco cautelosa, pois tenho na minha sala de aula crianças e pré-adolescentes, variando de idades de 9 a 14 anos; eu tenho que procurar falar com muito cuidado, pois essas crianças não estão preparadas para esse assunto e também a religião de alguns também deixa um pouco quebrada essa orientação, que a família não admite tal assunto. Mas procuro fazer o melhor que posso.

De acordo com essa resposta, percebemos que há certo cuidado para se abordar a temática, pois a professora esteve atenta à faixa etária das crianças e à diversidade religiosa. No entanto, sabemos que atualmente as famílias estão mais abertas a essas questões e muitas buscam na escola uma forma de abordar essa temática; pois reconhecem a importância para as crianças e jovens, como também reconhecem que não estão preparados para falar abertamente sobre o assunto, passando a responsabilidade para a escola.

Nesse momento, atentamo-nos para as ações dos professores direcionadas pelo comportamento dos alunos e sua curiosidade sexual. Dentro dessa perspectiva, a professora “A” voltou a confirmar sua insegurança diante da temática ao afirmar que fica constrangida e recorre primeiramente à ajuda de livros ou mesmo do psicólogo antes de responder algo aos (as) seus (suas) alunos (as).



A partir dessa afirmação, podemos evidenciar que a professora entrevistada não tem contribuído para satisfazer a curiosidade dos (as) alunos (as), mas sim gerado mais ansiedade, possibilitando a construção de conceitos errôneos e fantasiosos sobre a sexualidade. Tal fato é decorrente das incertezas e insegurança por parte da professora.

Ao tratar da mesma questão, a professora “B” afirma: “Ao perceber esse tipo de comportamento, procuro orientar a criança conversando sobre o tipo de atitude que é aceito pela nossa sociedade”.

Considerando a resposta dada pela professora “B”, podemos inferir que ela, de forma inconsciente, reproduz os conceitos e padrões de uma sociedade que estabelece uma hierarquia sobre categorias distintas; ou seja, deve prevalecer uma cultura hegemônica, onde haja um padrão de comportamento único, não visando à diversidade de culturas e gêneros.

Em relação às demais professoras, todas compartilham da ideia que a sexualidade deve ser abordada com naturalidade e de maneira clara, buscando esclarecer as dúvidas pertinentes. E quando não conseguem de imediato, buscam informações para depois, em momento oportuno, esclarecê-las de modo que os (as) alunos (as) tenham uma maneira de pensar, refletir e agir sobre sua sexualidade.

Como podemos perceber, é visível o despreparo das professoras para lidar com a orientação sexual de seus (suas) alunos (as) isso nos remete à necessidade de uma formação que prepare os profissionais da educação para trabalhar com essas questões.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Considerando as discussões teóricas abordadas ao longo desse artigo e do resultado da coleta de dados feita durante a pesquisa, torna-se evidente a necessidade da busca por um olhar indagador sobre a temática da sexualidade e do gênero na educação.

Com a realização deste trabalho investigativa, intencionamos confrontar a prática das professoras participantes da pesquisa com as teorias abordadas nesse estudo. Com base na coleta de dados ficou evidente a falta de preparo dos docentes para lidarem com as questões relacionadas à sexualidade, pois nas respostas dadas ao questionário proposto, manifestaram-se de maneira contraditória entre o que pensam, falam e fazem no cotidiano escolar.

Nesse sentido, sentimos a necessidade emergente da inclusão de discussões acerca da sexualidade e também das questões relacionadas ao gênero no âmbito escolar. Precisamos romper com paradigmas internalizados e naturalizados



## XII CONAGES

XII COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES  
DE GÊNERO E SEXUALIDADES

em nossa mente e na nossa sociedade, desconstruindo conceitos arraigados em nosso interior. No entanto, para que tais conceitos sejam realmente desconstruídos, precisamos romper primeiramente com as barreiras do nosso preconceito interior, desmistificando os conceitos de sexualidade e gênero, que nos remete à ideia de sexualidade como sendo uma forma representativa da virilidade, prazer e reprodução, passando a abranger, agora, o comportamento humano como um todo.





## **BIBLIOGRAFIA**

BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Pluralidade Cultural e Orientação Sexual**. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1997.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. 9.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

BRITZMAN, Deborah. Curiosidade, Sexualidade e Currículo. In: SILVA, Tomas Tadeu da (trad.). **Pedagogias da sexualidade**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica: 2001.

CARVALHO, Maria Eulalia Pessoa de. Gênero, educação e ciência. In: **Gênero e práticas culturais: desafios históricos e saberes interdisciplinares**. Campina Grande: ADUEPB, 2010.

DANTAS, Natasha Farias e MEIRELES, Ana Karina Soares. Sexualidade infantil: expressão do pensamento e do sentimento. In: SOUZA, Glória Maria Leitão de; BRANDÃO, Soraya Maria Barros de Almeida, MOTA, Marinalva da Silva. **Ser criança: repensando o lugar da criança na educação infantil**. Campina Grande: EDUEPB, 2009.

JÚNIOR, Muniz de Albuquerque. Máquina de fazer machos: Gênero e práticas Culturais. Desafio para o encontro das diferenças. In: **Gêneros e práticas culturais: desafios e saberes interdisciplinares**. Campina Grande: EDUEPB, 2010.

LOURO, Guacira Lopes; FELIPE, Jane; GOELLNER, Silvana Vilodre. **Corpo, Gênero e Sexualidade: Um debate contemporâneo na educação**. 5.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

\_\_\_\_\_. O corpo educação. In: SILVA, Tomas Tadeu da (trad.). **Pedagogias da sexualidade**. 2ªed. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

SANTOS, Ellis Regina Ferreira dos; SANTIAGO, Idalina Maria Freitas Lima. Relações de gênero na perspectiva dos(as) professores(as) do ensino fundamental. In: **Gêneros e práticas culturais: desafios históricos e saberes interdisciplinares**. Campina grande: ADUEPB, 2010.

SAYÃO, Y. Orientação sexual na escola: os territórios possíveis e necessários. In: AQUINO, J.G. (org.). **Sexualidade na Escola: alternativas teóricas e práticas**. São Paulo: Sumus, 1997.

VIDAL, Diana Gonçalves. A educação sexual. In: **Revista Educação**. São Paulo: Segmento, 2.